



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 5/XI/ 1.ª SL

Aos 09 dias do mês de Dezembro de 2009, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte

Audição de Sua Excelência o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus para debater os temas inscritos na agenda do Conselho Europeu, que se realizará em Bruxelas, a 10 e 11 de Dezembro de 2009.

II Parte

Designação de Deputado autor de parecer a elaborar no âmbito do teste de subsidiariedade da COSAC sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução das decisões e dos actos autênticos em matéria de sucessões e à criação de um certificado sucessório europeu (COM 2009/154).

Apreciação e votação das Actas nº 3 e 4.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Vitalino Canas (PS), iniciou a reunião saudando os Deputados presentes e dando as boas-vindas a S. Exa. o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus (SEAE), Dr. Pedro Lourtie, a quem passou, de imediato, palavra para que se possa iniciar o primeiro ponto da Ordem do Dia.

A audição a S. Exa. o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Dr. Pedro Lourtie, foi integralmente gravada em suporte áudio e ficará acessível na Internet na página da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus começou por salientar que Conselho Europeu dos dias 10 e 11 de Dezembro será o primeiro Conselho realizado após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. No entanto, será ainda presidido pelo Primeiro-Ministro sueco, dado que o Presidente designado do Conselho, Herman Van Rompuy, só iniciará funções a 1 de Janeiro de 2010.

Em seguida, passou em revista os vários pontos da agenda de Conselho, designadamente:

- A situação económica, financeira e do emprego – aqui destacou a necessidade de continuar a implementar uma estratégia concertada, com medidas coordenadas e que durem mais tempo. Relativamente aos mercados financeiros, destacou as medidas no âmbito da supervisão micro-prudencial e, por fim, afirmou que a Comissão planeia apresentar, no início de 2010, a nova Estratégia de Lisboa, que se chamará Estratégia 2020.
- A aprovação do Programa de Estocolmo, que deverá ocorrer neste Conselho.
- Avaliação do ponto de situação das negociações na Conferência de Copenhaga sobre alterações climáticas, na qual a UE assumiu como meta negocial um acordo que reduza as emissões em 20% até 2020, tendo como referência os valores de 1990. Se tal acontecer, a UE poderá estar em condições de, internamente, assumir a meta mais ambiciosa dos 30% até 2020;
- Relações Externas e alargamento, onde se discutirão os processos negociais em curso, designadamente o da Turquia, e os pedidos de adesão em apreciação e que receberam o parecer positivo da Comissão Europeia (Antiga República Jugoslava da Macedónia e da Islândia).

Seguiu-se um período de debate. O primeiro interveniente foi o Sr. Vice-Presidente Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP), que colocou duas questões: relativamente às medidas de saída da crise, quais são os critérios para determinar que Estados-Membros estão a sair da crise? Nestes cenários, a recuperação que se prevê é em V, em U ou, no caso de Portugal, em L? Por outro lado, e no que concerne à supervisão financeira nacional, como é que os novos organismos previstos para supervisão micro-prudencial se vão articular com os mecanismos nacionais?

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) sublinhou que, em matéria de supervisão e a estrutura que neste domínio será aprovada, poderá existir um desacordo entre o que Portugal planeia fazer e as estruturas europeias. Por outro lado, questionou S. Exa. SEAE sobre o desaparecimento de referências aos paraísos fiscais nas várias propostas apresentadas sobre a supervisão financeira e qual a posição de Portugal nesta matéria. Continuou, interrogando se, no que diz respeito ao Serviço Europeu de Acção Externa, não tenderá Portugal a dissolver o seu serviço diplomático? Por fim, o Deputado Honório Novo (PCP) aludiu à existência de um “documento-sombra” na Conferência de Copenhaga, um documento penalizador para os países mais pobres, perguntando a S. Exa. SEAE o que sabia o Governo português sobre esta matéria.

Usou da palavra, de seguida, o Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD), que para questionar S. Exa. SEAE sobre as negociações em Copenhaga e o ponto de situação relativamente às metas definidas pela UE.

O Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS) começou por afirmar que Portugal beneficiará do Serviço Europeu de Acção Externa, na medida em que o peso do envolvimento dos grandes Estados será favorável à afirmação dos nossos interesses. Relativamente aos mercados financeiros, questionou igualmente sobre a actual omissão relativamente aos paraísos fiscais. Relativamente às negociações de Copenhaga, indagou sobre o ponto de situação em Portugal relativamente às metas de 2020.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, na sua resposta, começou por afirmar que o “*phasing out*” da crise é difícil de prever. Sobre as questões de supervisão nacionais, optou por não comentar, salientando que o acordo europeu

sobre esta matéria é um bom acordo, pois o novo sistema micro-prudencial representa um salto qualitativo. No que concerne aos paraísos fiscais, reiterou que Portugal está disponível para, numa abordagem mais ampla e global, agir sobre esta questão.

No que concerne às negociações de Copenhaga, destacou que o documento negocial é um "*non-paper*", método habitual neste tipo de negociação. O fundamental é que a UE mantenha as suas posições negociais claras. Portugal está no pelotão da frente dos Estados-Membros em condições de atingir as metas definidas no prazo previsto.

Sobre o Serviço Europeu de Acção Externa, considerou que este virá dar nova coerência à política externa da União e que, neste quadro, a diplomacia nacional sairá reforçada.

Na segunda ronda de intervenções, o Sr. Deputado Serpa Oliva (CDS-PP) referiu-se ao alargamento, manifestando as reservas conhecidas quanto à Turquia e questionando S. Exa. SEAE relativamente aos "*timings*" definidos para a Sérvia.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) usou da palavra para perguntar se a consolidação prevista a 3 anos, considerando um défice previsível de 9%, não implica necessariamente o aumento de impostos. Por outro lado, questionou ainda se as questões relativas às ajudas de Estado e à detenção de "*golden shares*" estão nos planos do Governo.

O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD) relembrou que, no âmbito do QREN, há vários apoios comunitários para a área metropolitana de Lisboa que não estão a ser devidamente aproveitados, dando o exemplo do distrito de Setúbal, onde o desemprego aumentou 30%. É importante alertar o Governo para esta situação.

O Sr. Deputado José Ribeiro (PS) relembrou que, em matéria de supervisão, há vários modelos diferentes e que o português tem várias virtudes. O que não se deve fazer é apontar apenas os defeitos e desafiar o Governo na véspera do Conselho Europeu quando, ao mesmo tempo, se criam dificuldades internas para adoptar medidas de saída da crise. Por fim, perguntou a S. Exa. SEAE como é que os parceiros europeus vêm os esforços que Portugal tem feito no domínio da "economia verde".

O Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus referiu-se ao processo de alargamento, sublinhando que as dificuldades na negociação com a Turquia prendem-se com a aplicação do Protocolo de Ankara, que prevê a abertura de portos e aeroportos a todos os Estados-membros da UE, incluindo Chipre. Sobre a Croácia, o procurador do Tribunal da Haia indicou ao Conselho que aquele Estado está a cooperar, o que é um sinal positivo nas negociações. Por fim, relativamente aos Balcãs, o Conselho tomou boa nota das recomendações feitas pela Comissão Europeia.

Relativamente à supervisão financeira, considerou que é complexo comparar modelos, mas que o sistema utilizado em Portugal é compatível com as novas estruturas criadas a nível europeu. Por fim, e relativamente à "economia verde" reafirmou que Portugal está na vanguarda neste domínio.

Não havendo mais perguntas, encerrou-se assim o primeiro ponto da Ordem do Dia.

A audição a S. Exa. o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus foi integralmente gravada em suporte áudio e ficará acessível na Internet na página da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Carlos Costa Neves (PSD) passou ao segundo ponto da Ordem do Dia, solicitando ao Grupo Parlamentar do PS que indicasse o Deputado autor de parecer a elaborar no âmbito do teste de subsidiariedade da COSAC sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução das decisões e dos actos autênticos em matéria de sucessões e à criação de um certificado sucessório europeu (COM 2009/154), frisando que o parecer deveria ser apresentado e apreciado na próxima reunião da CAE, a 17 de Dezembro, data-limite para o seu envio às instituições da União Europeia.

Foi indicada a Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) para a elaboração do parecer.

Por fim, foram submetidas as Actas n.º3/XI/1.º SL e n.º4/XI/1.º SL à apreciação da Comissão, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.

A reunião foi encerrada às 17:48 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 9 de Dezembro de 2009.

O PRESIDENTE



(VITALINO CANAS)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Costa Neves
Honório Novo
João Serpa Oliva
José de Bianchi
José Ferreira Gomes
José Ribeiro
Luís Rodrigues
Luísa Roseira
Manuel Seabra
Miguel Vale Almeida
Pedro Brandão Rodrigues
Pedro Duarte
Sérgio Sousa Pinto
Vânia Jesus
Vitalino Canas
Inês de Medeiros

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Ana Catarina Mendonça Mendes
Cecília Honório

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Arménio Santos
Carlos Páscoa Gonçalves
Paulo Pisco